

# DEPENDÊNCIA DE TRAJETÓRIA E MUDANÇA INSTITUCIONAL

Antonio Sérgio Araújo FERNANDES<sup>1</sup>

■ **RESUMO:** O objetivo deste artigo é trazer à tona a discussão que a literatura de estudos histórico-institucionais vem realizando acerca do conceito de *dependência de trajetória* e de sua relação com a mudança institucional. A importância desta discussão está na necessidade de compreender os motivos que inserem as instituições em um contexto de constante mudança, mesmo que se esteja tentando explicar a estabilidade institucional.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Dependência de trajetória. Estudos histórico-institucionais. Mudança institucional

## Introdução

O conceito de *dependência de trajetória* teve origem no campo da economia com o objetivo de compreender processos de difusão tecnológica a partir do que Arthur (1989) denominou de “*lock-in by historical events*”. A situação de “*lock-in*” delimita o espaço de explicação de forma a não dar margem para outra interpretação, senão aquela que se baseia nos eventos históricos. Os fatos ocorridos no tempo são tomados como unidades de análise onde se observam padrões de eventos temporalmente ordenados que podem ser compreendidos através dos conceitos de sequência, ciclos e mudanças bruscas (MAHONEY; VILLEGAS, 2008; HOFF, 2011). No campo da História Econômica, assim como nos da Sociologia e da Ciência Política, a ideia de *dependência de trajetória* é bastante difundida na abordagem dos fenômenos macro-históricos. No que se refere à Ciência Política,

---

<sup>1</sup> UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Ciências Administrativas. Natal – RN – Brasil. 59078-970 – antoniosergio07@gmail.com

ela é utilizada tanto nas análises da evolução do desempenho institucional quanto para observar a trajetória de processos de democratização, de *nation building* e de formação dos grandes sistemas de políticas públicas.

Com base no conceito de *dependência de trajetória*, a análise dos fenômenos políticos é desenvolvida a partir dos fatores que, num dado momento histórico, determinam sequências político-institucionais e influenciam decisivamente nos resultados das políticas públicas em determinado país (KATO, 1996, 1996a; LEVI, 1997; IMMERGUT, 1998). Neste sentido, reconhece-se que os eventos passados influenciam a situação presente e que a história conta. Entretanto, *dependência de trajetória* vai além da ideia de que a história conta na evolução institucional com base numa cadeia causal que se autorreforça continuamente, cristalizando instituições. De acordo com Levi (1997), *dependência de trajetória* significa essencialmente que, se o governo de um país dá início a uma trilha nova em política social ou econômica, os custos para reverter tal decisão tenderão a aumentar cada vez mais. Haverá outros pontos de escolha, mas as barreiras impostas por certos arranjos institucionais obstruirão uma reversão fácil da escolha inicial. Ou seja, em momentos críticos no desenvolvimento de um país, estabelecem-se trajetórias amplas que são difíceis de reverter, mas dentro das quais existirão outros pontos de escolha para novas mudanças mais adiante (KATO, 1996; KATO, 1996a; LEVI, 1997; IMMERGUT, 1998; PIERSON, 2000; FERNANDES, 2002).

O presente texto visa tratar do conceito de *dependência de trajetória* e de sua relação com a mudança institucional. A discussão é importante, pois, num primeiro momento de difusão do conceito de *dependência de trajetória*, houve uma ênfase excessiva à perspectiva de que a evolução das instituições se daria de modo estável, numa trajetória dependente que se autorreforçaria continuamente a cada ponto de escolha adotado na rota histórica institucional. No contexto atual, observa-se que o conceito de *dependência de trajetória* vem sendo objeto de um debate sobre sua aplicação na observação dos fenômenos político-institucionais como elemento de explicação não apenas da estabilidade, mas também da mudança institucional (PIERSON, 2003, 2004; THELEN, 2003; MAGNUSSON; OTTOSSON, 2009; GREENER, 2005; REZENDE, 2012). A partir das noções fundamentais que compõem o conceito de *dependência de*

*trajetória*, a discussão trazida pela literatura procura questionar até que ponto ocorre efetivamente a reprodução institucional e também em que momento ao longo de uma trajetória política poderá haver mudança institucional.

O texto está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta os aspectos gerais do conceito de *dependência de trajetória*, suas raízes epistemológicas e sua essência teórica originária, que tem na ideia de autorreforço o seu principal ponto de apoio para explicar a estabilidade das instituições. Na segunda seção, focada no debate mais recente sobre o conceito, a ideia de mudança institucional passa a ser fortemente considerada como elemento a ser incorporado na perspectiva analítica aqui adotada, com base na crítica ao uso, muitas vezes limitado, que o autorreforço e a estabilidade podem gerar ao se considerar a *política no tempo* (PIERSON, 2004).

## **O conceito de dependência de trajetória: autorreforço e estabilidade institucional**

O conceito de *dependência de trajetória* origina-se na economia e busca evidenciar que os processos de escolha tecnológica ou institucional não dependem apenas do momento presente, mas de fatos originários do passado. Segundo Liebowitz e Margoliz (1999), trata-se de um processo estocástico, onde a trajetória dependente representa uma distribuição de probabilidades, na qual um determinado elemento relaciona-se mais à história do sistema do que a seu estado presente.

Um exemplo clássico de utilização do conceito de *dependência de trajetória* pode ser encontrado na análise de Goldstone (1998) sobre a Revolução Industrial na Inglaterra. Seu argumento básico enfatiza que o pioneirismo inglês na industrialização moderna seria resultado de uma série de pequenos eventos que aconteceram no período. O autor destaca que a Revolução Industrial teve como elemento de trajetória dependente o advento do primeiro motor a vapor, que possibilitou a melhoria de eficiência no processo de extração de carvão, ocasionando a redução de seu preço e sua difusão mais ampla. A primeira máquina a vapor representaria, dessa forma, uma condição inicial, que ocasionaria a exploração eficiente do carvão. A aquisição de carvão mais barato reduziria os custos

para obtenção de ferro e aço. O ferro mais barato possibilitaria a construção de mais ferrovias, trens e navios, que, por sua vez, também tinham no carvão sua fonte geradora de energia, devido aos motores a vapor. Os navios e as ferrovias realizavam a distribuição da produção em massa para diferentes localidades. Esta sequência de eventos, iniciada a partir do primeiro motor a vapor, conduziu à Revolução Industrial (GOLDSTONE, 1998), e mostra que a *dependência de trajetória* é utilizada para explicar a importância de uma condição inicial que ocasiona os efeitos ou resultados atuais. A *dependência de trajetória* corresponde a uma dinâmica de ação e reação, de modo que um evento inicial desencadeia um movimento que leva a outro bastante diferente do previsto, até que se alcance um resultado de interesse específico.

No campo da Ciência Política e em outras áreas das Ciências Sociais, ou mesmo na Ciência Econômica, a *dependência de trajetória* é utilizada como sendo a observação de uma determinada escolha institucional que, após experimentar um momento crítico, inicia uma rota política cuja reversão demanda custos cada vez maiores (KATO, 1996; LEVI, 1997). O institucionalismo histórico é a base teórica originária do conceito de *dependência de trajetória* (HALL; TAYLOR, 1996, p.937-938; STEINMO; THELEN, 1992, p.3-7) e tem origem com os estudos de política comparada entre países, especialmente aqueles relativos à economia política, tais como os de Hall (1986), Berger (1981) e Katzenstein (1978), entre outros, inspirados nas tradições oriundas de Weber e Polanyi. A evolução da estrutura social, bem como a trilha de escolha e de decisão política dos atores ao longo do tempo, molda a arena política e define as instituições. (HALL & TAYLOR, 1996). O institucionalismo histórico utiliza-se de estudos de caso, a partir dos quais estrutura uma narrativa analítica para explicar o comportamento estratégico dos indivíduos e grupos sociais numa dada sequência e momento da história (IMMERGUT, 1998; BATES et al, 1998, p30-31; HALL; TAYLOR, 1996, p.938; STEINMO; THELEN, 1992, p.2).

No âmbito da análise histórico-institucional, o conceito de *dependência de trajetória* dá ênfase à existência de legados institucionais que influenciam escolhas políticas subsequentes (HALL; TAYLOR, 1996, p.941). Na perspectiva da dependência de trajetória, as instituições são estáveis e a mudança nelas se dá de modo incremental. Nas palavras de Douglass C. North:

as instituições eficientes, ao longo do tempo, adquirem estabilidade, o que as faz conservar sua estrutura normativa, tornando qualquer caminho ou rota de mudança dependente desta estrutura pré-estabelecida. Em cada passo da rota foram feitas escolhas – políticas e econômicas – que significaram alternativas que podem reforçar ou não seu curso (NORTH, 1993, p. 121).

O conceito de *dependência de trajetória* é composto de duas noções chave: *Retornos Crescentes (Increasing Returns)* e *Momento Crítico (Critical Junctures)*. Em termos gerais, *retornos crescentes* significam que a probabilidade de dar um passo à frente no mesmo caminho ou rota estabelecida aumenta cada vez que se avança no próprio caminho. Isso ocorre porque os benefícios relativos à atividade corrente, comparada com outras opções possíveis, aumentam com o tempo<sup>2</sup>. Crescem os custos de saída da trilha, dificultando a proposição de alguma alternativa plausível. Assim, processos de *retornos crescentes* também podem ser descritos como de autorreforço ou como de *feedback* positivo.

A noção de *momento crítico* é importante em estudos históricos comparados e advém dos trabalhos no campo da *Political Development*, que identificam *momentos críticos* para explicar os processos de revolução em perspectiva comparada internacional (SKOCPOL, 1979; EINSENSTADT, 1963; PAIGE, 1973; GEERTZ, 1971; BENDIX, 1964; SKOCPOL; SOMERS, 1980; TILLY, 1984). Um importante estudo neste campo que trabalha com a noção de *momento crítico* é o trabalho de Lipset e Rokkan (1967), sobre a formação dos partidos e sistemas partidários na Europa. Mas é o trabalho de D. Collier e R. Collier (1991) que traz uma contribuição significativa no entendimento da noção de *momento crítico*. Neste texto, os autores analisam comparativamente o *momento crítico* de emergência do movimento sindical na América Latina durante o início do século XX e suas diferentes formas de incorporação inicial, isto é, de legalização e institucionalização sancionadas pelo Estado.

---

<sup>2</sup> A noção de retornos crescentes tem origem na Economia da Tecnologia, basicamente nos trabalhos de Arthur (1994) e David (1985), que procuram explicar as razões para explicar porque uma tecnologia particular pode conquistar uma vantagem sobre seus competidores, apesar de necessariamente não ser a alternativa mais eficiente no longo prazo. Isso ocorre porque cada tecnologia gera resultados maiores para os usuários à medida que se torna prevalente. Isso traz incentivos aos usuários para continuarem seguindo um caminho específico, uma vez que os passos iniciais foram tomados nessa direção. Dado que a vantagem inicial foi obtida, efeitos de *feedback* positivos podem fechar-se sobre essa tecnologia, excluindo seus competidores. É desse modo que retornos crescentes têm sido aplicados para explicar o domínio de mercado, ao longo do tempo, de algumas tecnologias como o teclado QWERTY.

Em suas palavras, o “momento crítico” é definido como “um período de significativa mudança, que ocorre de modo diferente entre países (ou outras unidades de análise) a partir das rotas estabelecidas inicialmente que demarcam a produção de legados distintos”. (COLLIER; COLLIER, 1991, p.782).

Basicamente o *momento crítico* é uma conjuntura de transição política e econômica experimentada por estados, mas também por sistemas políticos e econômicos, caracterizada por um contexto de profunda inovação, seja ela provocada por uma revolução ou realizada através de uma reforma institucional. O tempo de duração desse *momento crítico* pode ser de anos ou até de décadas. No *momento crítico*, o processo de inovação institucional que se inaugura deixa um legado que conduz os políticos a fazerem escolhas e tomarem decisões sucessivas ao longo do tempo, visando à reprodução desse legado (THELEN, 1998, p.19).

As noções básicas de *momento crítico* e *retornos crescentes* tornam o conceito de *dependência de trajetória* um mecanismo extremamente importante de explicação causal, em especial para a análise em perspectiva comparada das grandes rotas de política pública que se cristalizaram em diversos países.

## **Dependência de trajetória e mudança institucional**

Alguns questionamentos sobre o conceito de *dependência de trajetória* foram lançados mais recentemente por estudiosos como Thelen (2003), Pierson (2003, 2004), Magnusson e Ottosson (2009), entre outros. Basicamente, tais trabalhos procuram analisar até que ponto ocorre reprodução e onde, ao longo da trajetória, pode haver mudança institucional. De acordo com Thelen (2003, p.209), a explicação por meio da dependência de trajetória é viável apenas *ex-post*, pois, ao longo do processo, há uma contínua mudança operada pelos atores políticos. Thelen argumenta com exemplos de choques exógenos que induzem à inovação institucional no momento crítico e deixam um legado que persiste por um largo período de tempo, mas ao longo da trajetória vão acontecendo mudanças súbitas. Ou seja, os momentos críticos, por buscarem evidenciar grandes “quebras institucionais” que levam a inovações, podem obscurecer interessantes mecanismos de mudanças “subterrâneas”, que acabam por se revelar importantes ao longo da trajetória. Daí a

dificuldade na opção da perspectiva analítica da *dependência de trajetória* em distinguir entre inovação e mudança institucional. Disso decorre que muitos elementos de mudança incremental, que podem ser observados mais minuciosamente na realidade política experimentada ao longo da trajetória, são subestimados. Como afirma Thelen (2003, p.219): “*momentos críticos* são explicações atrativas, mas por causa disto também decepcionantes quando querem entender a realidade política”. Este é um ponto importante, pois não se tem a clareza, quando se aborda um fenômeno político institucional, da importância das pequenas mudanças capazes de gerar estabilidade. Isso só se torna possível quando o pesquisador insere na análise os atores; estes, por sua vez, mostrarão não só as mudanças que ocorrem ao longo da trajetória, mas, ao mesmo tempo e no longo prazo, revelarão a estabilidade da inovação institucional. Em outras palavras, a política é uma contínua luta entre interesses e por isso é difícil distinguir entre estabilidade e mudança. A mudança, como consequência de constante renegociação, é um pré-requisito para a estabilidade (THELEN, 2003; MAGNUSSON; OTTOSSON, 2009). É necessário, portanto, observar nas grandes narrativas históricas comparadas as estratégias dos atores que provocam mudanças incrementais na trajetória e evoluem chegando ao resultado de inovação institucional observada no *momento crítico*.

O trabalho de Magnusson e Ottosson (2009) procura analisar a relação entre persistência e mudança, tendo como exemplo a trajetória do *Welfare State* na Suécia. Para estes autores, boa parte da historiografia que procurou explicar a evolução do *Welfare State* sueco busca reafirmar, em sua trajetória, os aspectos que lhe permitiram obter estabilidade, tornando-o uma espécie de modelo de *Welfare State*. Neste sentido, o “modelo sueco” é muitas vezes apresentado como um organismo que se desenvolveu por si só, sem que ninguém precisasse cuidar dele. Este tipo de perspectiva histórico-analítica reforça apenas a dimensão retórica de análise do *Welfare State* na Suécia (COX, 2004, p.215). De fato, muitas mudanças políticas ocorreram ao longo do tempo, como a diminuição de recursos e a alteração de padrões institucionais, além de outras, tornando aquele momento crítico de origem do *Welfare State*, entre as décadas de 1920 e 1930 do século passado, insuficiente para dar conta de explicar todas as transformações pelas quais passou o sistema de bem estar na Suécia.

Outro exemplo para evidenciar a dificuldade da macroanálise causal que negligencia as mudanças incrementais, por se preocupar demais em evidenciar o momento crítico, refere-se ao trabalho de Putnam (1996) sobre a Itália. Ao mostrar a existência de uma forte correlação positiva entre desempenho institucional e civismo entre as regiões italianas, Putnam recorre à análise histórica com ênfase na *dependência de trajetória* para mostrar que a fundação, há quase um milênio, de dois regimes políticos distintos (monarquia no sul e um conjunto de repúblicas comunais no centro e no norte) é a variável explicativa chave. Ele também mobiliza, para analisar o desempenho institucional das regiões italianas, a análise fatorial e a regressão múltipla. Não obstante, para muitos historiadores italianos, ao tratar da história complexa e milenar da Itália e de suas regiões de forma breve, Putnam teria incorrido em inferências imprecisas (PASQUINO, 1994; BAGNASCO, 1994; COHN, 1994; SABETTI, 1996). Uma das principais críticas diz respeito à tentativa de mesclar história comparada com análise estatística (TARROW, 1996). Putnam cria um índice de tradições cívicas que se correlaciona perfeitamente entre as regiões do norte e do sul da Itália, tal como enuncia sua hipótese. Entretanto, as variáveis que compõem este índice estão situadas entre os anos de 1860 e 1920, ou seja, só dizem respeito ao final do século XIX e o início do século XX, e não a mil anos, como ele ao longo do texto tenta provar. Desse modo, a despeito de pretender constituir um momento crítico com grande extensão temporal, Putnam não apresenta uma sequência robusta de fatos ao longo do tempo que possa dar sustentação à hipótese de autorreforço milenar das diferentes tradições cívicas italianas.

A *dependência de trajetória* é uma perspectiva interessante se há intenção de desenvolver uma metáfora sobre um determinado processo histórico institucional, como é o caso da estabilidade do *Welfare State* sueco ou do desenvolvimento institucional italiano, rapidamente citado aqui. Nesta perspectiva, busca-se um ponto de explicação histórica que dê conta de analisar a estabilidade do fenômeno. Isso pode ser bastante útil para a observação de um público maior interessado em história institucional, porém, para a comunidade de cientistas sociais, as lacunas provocadas pela carência de microanálises, que procuram observar a dinâmica dos atores, dificultam uma visão efetivamente realista da evolução institucional.

Pierson (2003; 2004), um dos autores mais importantes na utilização do conceito de *dependência de trajetória*, busca

analisar os limites de sua utilização nas Ciências Sociais, mostrando que, ainda que possa contribuir para definir o foco de um determinado fenômeno de investigação, ele não possui muita precisão teórica nem grande amplitude analítica. Neste sentido, se manteria preso à tradição dos estudos de escolha racional, estabelecendo-se muito mais como uma estrutura dedutiva de análise do que como um acompanhamento empírico minucioso dos fatos. Com isso, a perspectiva de análise poderia se mostrar “viciada”, estabelecendo assim uma visão congelada do cenário político que se quer estudar. Para Pierson (2004, p.78), argumentos sobre sequência de trajetórias dependentes com foco em processos históricos amplos e demorados, como industrialização, democratização e *state building*, debruçam atenção sobre macroprocessos históricos com grandes cadeias causais que cobrem um espaço temporal de longo prazo. Entretanto, a *dependência de trajetória* como ferramenta analítica pode ser também utilizada para analisar fenômenos de curto prazo por meio de microanálises, típicas das ciências sociais contemporâneas.

Para explicar a dinâmica de análise da política no horizonte temporal, Pierson constrói um quadro explicativo, buscando relacionar o horizonte de tempo da causa com o do resultado do fenômeno.

Figura 1 – Horizontes de tempo em diferentes tipos de ciências sociais<sup>3</sup>

		Tempo de horizonte do resultado	
		Curto prazo	Longo prazo
Tempo de horizonte da causa	Curto prazo	I	II Efeitos cumulativos
	Longo prazo	III Correntes Causais Limiaries	IV Causas cumulativas

<sup>3</sup> Extraído de Pierson (2004, p.92).

O quadrante 1 se refere a ambos, causas e resultados, em curto prazo de tempo. O quadrante 2 representa argumentos causais de curto prazo sobre efeitos cumulativos, que por definição se referem a variáveis dependentes com longo tempo de horizonte. O quadrante 3 mostra que correntes causais com argumentos limiars invocam variáveis independentes com horizontes causais de longo prazo. O quadrante IV mostra que argumentos sobre causas cumulativas, ao contrário de argumentos de causas limiars, envolvem transformações lineares nas quais um pouco mais (com lenta movimentação) de “X” - causa (produz) um pouco mais (com lenta movimentação) de “Y” - resultados. Ou seja, argumentos de causas cumulativas implicam um horizonte de tempo de longo prazo para ambos, causas e resultados.

Uma pergunta que Pierson (2004, p.96) coloca é: quão longa deve ser a estrutura de tempo empregada no fenômeno social? Esta resposta, segundo ele,

depende do problema particular que o investigador espera enfrentar, das hipóteses sobre a natureza dos mais importantes processos que podem funcionar na área que ele está estudando, e dos julgamentos sobre a viabilidade de determinados procedimentos (PIERSON, 2004, p.96).

Ou seja, dependendo do problema que dirige a pesquisa, o horizonte de tempo será arbitrado pelo pesquisador a partir do que se pretende estudar e das hipóteses com as quais se está trabalhando. Sabemos que macroprocessos históricos são analisados no longo prazo com causas e efeitos cumulativos, como os exemplos dos grandes trabalhos sobre a evolução da democracia, o que é bem demonstrado pelo livro de Putnam (1996) sobre a Itália.

Porém, o mais importante é perceber que existem casos, mesmo em macroanálises, que não são sequências autorreforçantes e podem ser incluídos na condição de fator para existência da *dependência de trajetória*. Estas situações podem ser denominadas de sequências reativas (MAHONEY; SCHENSUL, 2006). Este tipo de sequência corresponde a um processo de encadeamento lógico de eventos, onde cada acontecimento presente na trajetória é uma reação ligada a ocorrências contingentes anteriores e representa a causa de uma ocorrência posterior. Neste caso, o resultado depende de

cada situação anterior, de forma a determinar a trajetória global, sendo a sequência reativa caracterizada por uma cadeia de eventos temporalmente ordenados e casualmente conectados. Para Pierson (2000), a utilização das sequências reativas como fator de ocorrência de *dependência de trajetória* termina por abranger demasiadamente o conceito, relacionando-o sobremaneira à análise da trajetória. Isto pode ocorrer pelo fato de que toda a sequência que não for de autorreprodução pode vir a ser interpretada como uma sequência reativa. Por outro lado, ao optar apenas pela sequência de auto-reprodução, se estaria limitando o conceito e relacionando-o apenas à sequência autorreforçante.

## Considerações finais

Procurou-se neste texto trazer à tona a discussão que os estudos histórico-institucionais vêm realizando acerca do conceito de *dependência de trajetória* e de sua relação com a mudança institucional. A importância desta discussão está na necessidade de compreender os motivos que inserem as instituições em um contexto de constante mudança, mesmo que se esteja tentando explicar a estabilidade institucional. As instituições evoluem e solidificam padrões, mas também, e concomitantemente, se modificam ao longo do tempo, gerando inúmeros desdobramentos e processos em sua trajetória. Observar a “política no tempo”, como considera Pierson, requer analisar os processos dinâmicos que causam mudança institucional e, simultaneamente, ajudam a explicar como padrões estáveis de política persistem e se reproduzem na história.

A observação de um fenômeno político com foco na reprodução de legados institucionais, ou de *policy feedbacks* autorreforçantes, pode distorcer a efetiva compreensão de sequências dependentes em toda sua dinâmica, se não se der a devida atenção à compreensão dos processos de mudança institucional que ocorrem ao longo da trajetória da política pública.

Fenômenos políticos autorreforçados no tempo, e que ganham solidez institucional, possuem um *momento crítico* original que se diferencia bastante de momentos posteriores de longo prazo. Os resultados da trajetória podem apontar muito mais para pontos abertos de mudança do que de continuidade

institucional. Cabe, assim, aos pesquisadores em Ciências Sociais, que utilizam a dependência de trajetória ou analisam a *política no tempo*, ter a disposição de deixar que a história nos conte mais do que nossos esquemas conceituais possam imaginar ou impor de modo determinista.

FERNANDES, A.S.A. Path dependency and institutional change. *Perspectivas*, São Paulo, v.44, p.177-192, jul./dez. 2013.

■ **ABSTRACT:** *The purpose of this article is to bring to the fore the discussion of the historical-institutional studies about the concept of path dependence and its relation to institutional change. The importance of this discussion is the need to understand the motives that enter institutions in a context of constant change, even if you are trying to explain institutional stability.*

■ **KEYWORDS:** *Path dependency. Historical-institutional studies. Institutional change.*

## Referências

ARTHUR, W. B. Competing technologies, increasing returns, and lock-in by historical events. *The Economic Journal*, v.99, n.394, p.116-131, 1989.

\_\_\_\_\_. *Increasing returns and path dependence in economy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

BAGNASCO, A. Regioni, tradizione civica, modernizzazione italiana: un commento alla ricerca di Putnam. *Stato e Mercato*, v.40, p.93-104, 1994.

BATES, R. et al. *Analytic narratives*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

BENDIX, R. *Nation-building and citizenship*. Berkeley: University of California Press, 1964.

BERGER, S. *Organizing interests in Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

COHN, S. K. La storia secondo Robert Putnam. *Polis*, v.8, p.315-324, 1994.

COLLIER, D.; COLLIER, R. *Shaping the political arena. Critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1991.

COX, R. The path dependency of an idea: why Scandinavian Welfare States remain distinct? *Social policy and administration*, v.38, n.2, p.204-219, 2004.

DAVID, P. Clio and the economics of QWERTY. *American Economic Review*, v.75, p.332-337, 1985.

EINSENSTADT, S. N. *The political systems of empires: the rise and fall of historical bureaucratic societies*. New York: Free Press, 1963.

FERNANDES, A. S. A. Path dependency e os estudos históricos comparados. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n.53, p.79-103, 2002.

GEERTZ, C. *Islam observed: religious development in Morocco and Indonesia*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

GOLDSTONE, J. A. Initial conditions, general laws, path dependence, and explanation in historical sociology. *American Journal of Sociology*, v.104, n.3, p.829-845, 1998.

GREENER, I. The potential of path dependence in political studies. *Politics*, v.25, n.1, Oxford, p.62-72, 2005.

HALL, P. *Governing the economy: the politics of state intervention in Britain and France*. New York: Oxford University Press, 1986.

HALL, P.; TAYLOR, R. C. R. Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v.44, p.936-957, 1996.

HOFF, D. N. A história importa: proposta de estrutura analítica para o estudo de path-dependence. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.32, n.1, p.7-30, jun. 2011.

IMMERGUT, E. The theoretical core of the new institutionalism. *Politics and Society*, v.26, n.1, 1998.

KATO, J. Institutions and rationality – Three varieties of neo-institutionalisms. *British Journal of Political Science*, v.26, p.553-582, 1996.

\_\_\_\_\_. Path dependency as logic of comparative studies: theorization and application. Paper presented at Annual Meeting of American Political Science Association (APSA), San Francisco, August 29 – September 1, 1996a.

KATZENSTEIN, P. *Between power and plenty*. Madison: University of Wisconsin, 1978.

LEVI, M. A model, a method and a map: rational choice in comparative analysis. In: LICHBACH, M. I.; ZUCKERMAN, A. *Comparative politics: rationality, culture and structure*. New York: Cambridge University Press, 1997.

LIEBOWITZ, S. J.; MARGOLIS, S. E. Path dependence. In: BOUCKAERT, B.; DE GEEST, G. *Encyclopedia of law and economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. *Party systems and voter alignments: cross national perspective*. New York: Free Press, 1967, p.1-64.

MAGNUSSON, L; OTTOSSON, J. *The evolution of path dependence*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2009.

MAHONEY, J.; SCHENSUL, D. Historical context and path dependence. In: BOX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. New York: Oxford University Press Inc., 2006.

MAHONEY, J.; VILLEGAS, C. M. Historical enquiry and comparative politics. In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. *The Oxford handbook of contextual political analysis*. New York: Oxford University Press Inc., 2008.

NORTH, D. C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

PAIGE, J. M. *Agrarian revolution: social movements and export agriculture in the underdeveloped world*. New York: Free Press, 1973.

PASQUINO, G. La politica eclissata dalla tradizione civica. *Polis*, v.8, p.307-313, 1994.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and study of politics. *American Political Science Review*, v.94, n.2, p.251-267, 2000.

\_\_\_\_\_. Big, slow-moving, and ... invisible: macro social process in the study of comparative politics. In: MAHONEY, J.; RUESCHMEYER, D. *Comparative historical analysis in social sciences*. New York: Cambridge University Press, p. 177-207, 2003.

\_\_\_\_\_. *Politics in time*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia*. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REZENDE, F. Da exogeneidade ao gradualismo: inovações na teoria da mudança institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.27, n.78, 2012.

SABETTI, F. Path dependency and civic culture: some lessons from Italy about interpreting social experiments. *Politics and Society*, v.24, p.19-44, 1996.

SKOCPOL, T. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

SKOCPOL, T.; SOMERS, M. The uses of comparative history in macro-social inquiry. *Comparative studies and society and history*, v.22, p.174-197, 1980.

STEINMO, S.; THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. *Structuring politics*. Historical institutionalism in comparative analysis. New York: Cambridge University Press, 1992.

TARROW, S. Making social science work across space and time: a critical reflection on Robert Putnam's *Making Democracy Work*. *American Political Science Review*, v.90, n.2, p.389-397, 1996.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. *Cuadernos del CIDE*, n. 91, 1998.

\_\_\_\_\_. How institutions evolve: insights from comparative historical analysis. In: MAHONEY, J.; RUESCHMEYER, D.

*Comparative historical analysis in social sciences*. New York: Cambridge University Press, p.208-240, 2003.

TILLY, C. *Big structure, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.

## **Referências consultadas**

CAPORASO, J. A. Research design, falsification, and the qualitative-quantitative divide. *American Political Science Review*, v.89, n.2, p.457-460, 1995.

GOLDTHORPE, J. The uses of history in sociology: reflections on some recent tendencies. *British Journal of Sociology*, v.42, n.2, p.211-230, 1991.

RAGIN, C. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1987.

RUESCHMEYER, D.; STEPHENS, J. D. Comparing historical sequences – a powerful tool for casual analysis. *Comparative Social Research*, v.16, p.55-72, 1997.

SKOCPOL, T. Emerging agendas and recurrent strategies in historical sociology. In: SKOCPOL, T. *Vision and method in historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SKOCPOL, T.; EVANS, P; RUESCHEMEYER, D. *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.